



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Ministro LUIZ FUX, Relator da Ação Cível Originária nº 2.757/RJ

A UNIÃO, representada por sua Advogada-Geral (art. 4º, inciso III, da Lei Complementar n.º 73/93), nos autos da presente ação cível originária movida pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, vem, à presença de Vossa Excelência, em atenção à decisão divulgada no DJE nº 184, divulgado em 30/08/2016, ratificar, em suas **razões finais**, os termos da contestação, tendo em vista que os elementos de fato e de direito necessários ao deslinde da causa já se encontram nos autos.

Por conseguinte, requer a União o prosseguimento do feito e que, ao final, sejam julgados **improcedentes** os pedidos deduzidos na inicial com a condenação dos autores nos ônus da sucumbência.

São os termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 1.º de setembro de 2016

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA
Advogada-Geral da União

ALTAIR ROBERTO DE LIMA
Secretário-Geral de Contencioso Substituto¹

FLAVIANO ACÁCIO MELO FALCÃO
Advogado da União

¹ Portaria de delegação nº 476, publicada no DOU de 17 de maio de 2016.

Gustavo Henrique Diniz
Coordenador-Geral do Departamento de Controle Difuso
Secretaria-Geral de Contencioso